



**Núcleo de Estudos Legais  
SEMAS-PA**



**19 de abril**

**DIA DO INDÍGENA**



# DIA DO INDÍGENA

O Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943 , promulgado a partir da Recomendação nº 59 do Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, realizado no México em 1940, instituiu o dia 19 de abril como o Dia do Índio.

Tal congresso foi substituído pela Convenção sobre o Instituto indigenista interamericano, ratificada pela Brasil por meio do Decreto Federal nº 36.098, de 19 de agosto de 1954 .

Embora a terminologia "índio" não seja a ideal para definir os povos nativos do Brasil e das Américas, posto que Cristovam Colombo acreditava ter chegado às Índias, “o movimento indígena do Brasil vem utilizando politicamente os termos índios ou indígenas para representar a unidade dos povos originários em sua luta por direitos e interesses comuns, bem como para estimular a afirmação das diversas identidades indígenas em todo o país”.



# LEGISLAÇÃO

A luta dos povos indígenas do Brasil ao longo da história garantiu a inserção dos seus direitos na Constituição Federal de 1988, como o reconhecimento do modo de vida destes povos, sua capacidade jurídica autônoma acrescida da proteção do MPF, além dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, todos previstos em seu Capítulo VIII, do Título VIII.

Além das disposições constitucionais, há diversas Leis que visam a proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas, dentre as quais destacamos:

## **LEI FEDERAL Nº 14.021, DE 7 DE JULHO DE 2020.**

Dispõe sobre medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas; cria o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos territórios indígenas; estipula medidas de apoio às comunidades quilombolas, aos pescadores artesanais e aos demais povos e comunidades tradicionais para o enfrentamento à Covid-19; e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a fim de assegurar aporte de recursos adicionais nas situações emergenciais e de calamidade pública.



# LEGISLAÇÃO

## **LEI FEDERAL Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.**

Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

## **LEI FEDERAL Nº 9.836, DE 23 DE SETEMBRO DE 1999.**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, instituindo o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.

## **LEI FEDERAL Nº 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973.**

Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

**DECRETO FEDERAL Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996.** Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências.

## **DECRETO FEDERAL Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012.**

Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências.





# LEGISLAÇÃO

## **DECRETO FEDERAL Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010**

Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências.

## **DECRETO FEDERAL Nº 6.861, DE 27 DE MAIO DE 2009**

Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências.

## **DECRETO FEDERAL Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007**

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNAI Nº 03 DE 11 DE JUNHO DE 2015**

Estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas.





# LEGISLAÇÃO

**LEI ESTADUAL Nº 8.611, DE 3 DE ABRIL DE 2018.** Altera dispositivos da Lei nº 7.029, de 30 de julho de 2007, que altera a denominação e dispõe sobre a reestruturação organofuncional da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).

**DECRETO ESTADUAL Nº 93, DE 9 DE MAIO DE 2019.** Regulamenta o Conselho Estadual de Política Indigenista (CONSEPI/PA), criado pela Lei nº 8.611, de 3 de abril de 2018, e dá outras providências.







# JURISPRUDÊNCIA

**Não obstante as referidas leis, a jurisprudência do STF, também conta com importantes decisões e ações pendentes de julgamento que versam da garantia dos direitos dos Povos Indígenas:**

**Ementa:** AÇÃO POPULAR. DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO- DEMARCATÓRIO. OBSERVÂNCIA DOS ARTS. 231 E 232 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, BEM COMO DA LEI Nº 6.001/73 E SEUS DECRETOS REGULAMENTARES. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA PORTARIA Nº 534/2005, DO MINISTRO DA JUSTIÇA, ASSIM COMO DO DECRETO PRESIDENCIAL HOMOLOGATÓRIO. RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO INDÍGENA DA ÁREA DEMARCADA, EM SUA TOTALIDADE. MODELO CONTÍNUO DE DEMARCAÇÃO. CONSTITUCIONALIDADE. REVELAÇÃO DO REGIME CONSTITUCIONAL DE DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMO ESTATUTO JURÍDICO DA CAUSA INDÍGENA. A DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS COMO CAPÍTULO AVANÇADO DO CONSTITUCIONALISMO FRATERNAL. INCLUSÃO COMUNITÁRIA PELA VIA DA IDENTIDADE ÉTNICA. VOTO DO RELATOR QUE FAZ AGREGAR AOS RESPECTIVOS FUNDAMENTOS SALVAGUARDAS INSTITUCIONAIS DITADAS PELA SUPERLATIVA IMPORTÂNCIA HISTÓRICO-CULTURAL DA CAUSA. SALVAGUARDAS AMPLIADAS A PARTIR DE VOTO-VISTA DO MINISTRO MENEZES DIREITO E DESLOCADAS PARA A PARTE DISPOSITIVA DA DECISÃO (...).

**(Pet 3388, Relator(a): CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 19/03/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 REPUBLICAÇÃO: DJe-120 DIVULG 30-06-2010 PUBLIC 01-07-2010 EMENT VOL-02408-02 PP-00229 RTJ VOL-00212-01 PP-00049)**



# JURISPRUDÊNCIA

**EMENTA:** DIREITOS FUNDAMENTAIS. POVOS INDÍGENAS. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. TUTELA DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE FACE À PANDEMIA DA COVID-19. CAUTELARES PARCIALMENTE DEFERIDAS. **(ADPF 709 MC-REF, RELATOR(A): ROBERTO BARROSO, TRIBUNAL PLENO, JULGADO EM 05/08/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJE-244 DIVULG 06-10-2020 PUBLIC 07-10-2020)**

**EMENTA:** CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. POSSE INDÍGENA. TERRA OCUPADA TRADICIONALMENTE POR COMUNIDADE INDÍGENA. POSSIBILIDADES HERMENÊNTICAS DO ARTIGO 231 DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. TUTELA CONSTITUCIONAL DO DIREITO FUNDAMENTAL INDÍGENA ÀS TERRAS DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL. 1. É dotada de repercussão geral a questão constitucional referente à definição do estatuto jurídico-constitucional das relações de posse das áreas de tradicional ocupação indígena à luz das regras dispostas no artigo 231 do texto constitucional. 2. Repercussão geral da questão constitucional reconhecida.

**(RE 1017365 RG, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 21/02/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-075 DIVULG 10-04-2019 PUBLIC 11-04-2019)**



**Núcleo de Estudos Legislativos  
SEMAS-PA**